

Demonstrações Contábeis

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

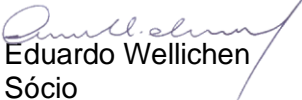


Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC SP-034519/O


Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC SP-184050

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.854	6.181
Investimento curto prazo	5	9.185	4.466
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		1.874	2.812
Ativo contratual da concessão	6	22.813	25.984
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		212	193
Outros tributos compensáveis		132	12
Adiantamento a fornecedores		95	96
Outros ativos		542	579
		<u>41.707</u>	<u>40.323</u>
Ativo Não Circulante			
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias		996	978
Ativo contratual da concessão	6	174.903	174.405
Outros tributos compensáveis		199	199
Outros ativos		994	1.086
Imobilizado		43	64
Intangível		16	16
		<u>177.151</u>	<u>176.748</u>
Total do Ativo		<u><u>218.858</u></u>	<u><u>217.071</u></u>

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Passivo			
Passivo Circulante			
Arrendamento mercantil		3	33
Fornecedores		399	451
Imposto de renda e contribuição social a pagar		602	467
Outros tributos a pagar		457	461
Encargos regulatórios	7	370	885
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	1.517	1.728
Outros passivos		897	838
		4.245	4.863
Passivo Não Circulante			
Arrendamento mercantil		-	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	6.441	6.684
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	9	11.631	11.595
Encargos regulatórios	7	333	221
Outros passivos		200	199
		18.605	18.702
Total do Passivo		22.850	23.565
Patrimônio Líquido			
Capital social	11	161.416	161.416
Reservas de lucro	11	18.774	20.642
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	11	15.818	11.448
Total do Patrimônio Líquido		196.008	193.506
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		218.858	217.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de operação e manutenção		12.901	12.525
Remuneração do ativo contratual da concessão		22.878	25.754
(-) Parcela variável		(8)	(42)
Receita Operacional Líquida	12	35.771	38.237
Custo dos Serviços Prestados			
Pessoal		(3.244)	(2.647)
Material e serviços de terceiros		(1.481)	(1.643)
Outros		(578)	(389)
Lucro Bruto		30.468	33.558
(Despesas) Receitas Operacionais			
Pessoal e administradores		(142)	(234)
Material e serviços de terceiros		(203)	(169)
Depreciação e amortização		(32)	(1)
Outras receitas operacionais líquidas		145	515
		(232)	111
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		30.236	33.669
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	13	2.124	1.792
Despesas financeiras	13	(108)	(182)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		32.252	35.279
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.995)	(2.130)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8 e 14	82	274
Lucro líquido do exercício		30.339	33.423

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	30.339	33.423
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>30.339</u>	<u>33.423</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Total
	Capital Social	Reserva legal	Reservas de Retenção de Lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	161.416	15.586	3.385	22.326	-	202.713
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(22.326)	-	(22.326)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	33.423	33.423
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	-	1.671	-	-	(1.671)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(20.304)	(20.304)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	11.448	(11.448)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	161.416	17.257	3.385	11.448	-	193.506
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	(11.448)	-	(11.448)
Pagamento de dividendos sobre reserva de retenção de lucros	-	-	(3.385)	-	-	(3.385)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.339	30.339
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	-	1.517	-	-	(1.517)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(13.004)	(13.004)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	15.818	(15.818)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	161.416	18.774	-	15.818	-	196.008

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	32.252	35.279
Itens que não afetam as disponibilidades		
Depreciação e amortização	32	1
Juros e variação monetária	86	155
Baixa de ativos	-	48
Contribuições e encargos regulatórios diferidos	(175)	(586)
	<u>32.195</u>	<u>34.897</u>
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias	920	708
Ativo contratual da concessão	2.673	8.787
Impostos a recuperar	(139)	(171)
Outros ativos	130	(151)
	<u>3.584</u>	<u>9.173</u>
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(52)	(195)
Encargos regulatórios	(485)	(44)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(436)	(255)
Outros passivos	60	(663)
Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	(1.589)	(1.554)
	<u>(2.502)</u>	<u>(2.711)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	33.277	41.359
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgates de investimentos curto prazo	(4.719)	1.315
Aplicações no imobilizado	(11)	(6)
Aplicações no intangível	-	(4)
	<u>(4.730)</u>	<u>1.305</u>
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	(4.730)	1.305
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de dividendos	(27.837)	(42.630)
Pagamento de arrendamento mercantil	(37)	(48)
	<u>(27.874)</u>	<u>(42.678)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(27.874)	(42.678)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	673	(14)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6.181	6.195
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6.854	6.181
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>673</u>	<u>(14)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A. (“STC”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 2 de dezembro de 2005 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Acy Aviano Varela Xavier - Acesso BR 116, KM 239 - Lages - SC.

A Companhia é controlada indireta da Alupar Investimento S.A.

A STC possui o direito de explorar diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

<u>Contrato de concessão</u>						
<u>Número</u>	<u>Prazo (anos)</u>	<u>Vigência até</u>	<u>RAP (*)</u>	<u>Índice de correção</u>	<u>Data da entrada em operação comercial</u>	<u>Ciclo do degrau</u>
006/2006	30	2036	36.318	IPCA	nov/07	2022-2023

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.216 de 04/07/2023. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$37.738.

De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

O contrato de concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da STC entende que, ao final do prazo de concessão, os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 06 de março de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da STC. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a STC efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção ampliação como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração da STC avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável, existente é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, revisa as receitas que a STC tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas

3.1 Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1.1.1 Receita de implementação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de implementação de infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também das contribuições e encargos regulatórios.

1.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, que é registrada na rubrica “ativo contratual da concessão” e determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

1.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento das contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão “RGR” e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica “TFSEE”) registrados no passivo circulante e não circulante.

1.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.2 Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

No cálculo do ativo contratual é estimado no início da concessão, considerando o prazo previsto no contrato e alterado em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. Em caso de Revisão Tarifária Periódica (RTP), os recebimentos futuros são revistos e os fluxos do ativo contratual são mensurados novamente.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto da Companhia, de 7,5% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias: Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.3 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4 Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da STC revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a STC não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.5 Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, arrendamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.7 Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. A Reserva Global de Reversão (RGR) é um encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, sendo que seu valor anual equivale a 2,6% da RAP. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a STC possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8.1. Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.9 Arrendamentos

A STC avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a STC reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.10. Tributação

3.10.1. Tributos sobre a receita

As receitas da STC estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%

3.10.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da STC são calculados pelo regime do lucro presumido.

Diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de tributos (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

- IFRS 17 – Contratos de Seguro;
- Definição de Estimativas Contábeis – Alterações no IAS 8;
- Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*;
- Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação – Alterações ao IAS 12.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3.12. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da STC, estão descritas a seguir. A STC pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia e suas controladas ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e bancos	108	66
Aplicações financeiras	<u>6.746</u>	<u>6.115</u>
	<u>6.854</u>	<u>6.181</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e referem-se substancialmente à certificados de depósitos bancários, fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e aplicações financeiras automáticas, que são vinculadas a conta corrente, onde a remuneração efetiva dependerá do prazo total pelo qual os recursos permanecem aplicados, considerando que a administração registra essas aplicações pelo percentual de rendimento auferido, portanto sem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), em média, 96,93% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (95,21% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

5. Investimentos de curto prazo

Em 31 de dezembro de 2023, a STC possui saldo de R\$9.185 (R\$4.466 em 31 de dezembro de 2022) referente ao Fundo de investimento Santander Lattice, que tem característica de renda fixa e remunerado em média por 98,54% e 97,04% do CDI, respectivamente.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

6. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual da concessão:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	209.176
Receita de operação e manutenção	13.579
Remuneração do ativo contratual da concessão	27.922
(-) Parcela variável	(46)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(50.242)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	200.389
Receita de operação e manutenção	13.969
Remuneração do ativo contratual da concessão	24.772
(-) Parcela variável	(9)
Realização do ativo contratual (recebimento)	(41.405)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	197.716
Ativo contratual da concessão – circulante	22.813
Ativo contratual da concessão - não circulante	174.903
Total circulante e não circulante	197.716

O ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A STC considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual, somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Encargos regulatórios

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
P&D - Pesquisa & Desenvolvimento	488	594
Quota de reserva global de reversão - RGR	104	417
Taxa de fiscalização - ANEEL	111	95
	<u>703</u>	<u>1.106</u>
Passivo circulante	370	885
Passivo não circulante	333	221

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) – interpretação contratos de concessão, OCPC 05 – orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) – arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos o qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.718
Imposto diferido reconhecido no resultado	(274)
Reclassificação de impostos correntes	240
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>6.684</u>
Imposto diferido reconhecido no resultado	(82)
Reclassificação de impostos correntes	(161)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u><u>6.441</u></u>

9. Contribuições e encargos regulatórios diferidos

O diferimento das contribuições sociais e encargos regulatórios é relativo à diferença temporária das receitas de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PIS e COFINS diferidos	7.217	7.313
Quota de reserva global de reversão - RGR diferido	5.140	5.209
Taxa de fiscalização - ANEEL diferido	791	801
	<u>13.148</u>	<u>13.323</u>
Passivo circulante	1.517	1.728
Passivo não circulante	11.631	11.595

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a STC não possuía processos classificados como perda “provável”.

Perda possível:

Com base no parecer dos advogados externos e internos, em 31 de dezembro de 2023 as contingências com perda classificadas como “possível” têm valor estimado de R\$741 referente a um processo de natureza regulatória (R\$648, em 31 de dezembro de 2022, referente a um processo de natureza regulatória).

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$161.416, representado por 211.003.246 ações ordinárias, sem valor nominal.

	Quantidade de ações		
	Integralizadas Ordinárias	% do capital Votante	Total
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	129.872.000	61,55%	61,55%
Alupar Investimento S.A.	42.200.649	20,00%	20,00%
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	38.930.597	18,45%	18,45%
	211.003.246	100,00%	100,00%

11.2 Reservas de lucro

11.2.1 Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$18.774 (R\$17.257 em 31 de dezembro de 2022).

11.2.2 Reserva de retenção de lucros

Os valores mantidos em reserva de retenção de lucros serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas disponibilidade de caixa da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R\$0 (R\$3.385 em 31 de dezembro de 2022).

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11.3 Destinação do resultado

De acordo com o Estatuto Social da STC, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	30.339	33.423
Constituição da reserva legal	(1.517)	(1.671)
Base de cálculo de dividendos	<u>28.822</u>	<u>31.752</u>
Dividendos intermediários (i)	(13.004)	(20.304)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	(15.818)	(11.448)
Saldo de lucros acumulados	<u>-</u>	<u>-</u>

- (i) O dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2023 foi incorporado aos dividendos intermediários declarados em 2023, e em sendo superado não foi necessária declaração complementar.

12. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita operacional bruta	<u>38.732</u>	<u>41.455</u>
Receita de operação e manutenção	13.969	13.579
Remuneração do ativo contratual da concessão	24.772	27.922
(-) Parcela variável	(9)	(46)
Deduções da receita operacional	<u>(2.961)</u>	<u>(3.218)</u>
PIS	(252)	(269)
COFINS	(1.163)	(1.243)
Quota para reserva global de reversão - RGR	(1.008)	(1.077)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(383)	(464)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE	(155)	(165)
Receita operacional líquida	<u><u>35.771</u></u>	<u><u>38.237</u></u>

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras	2.124	1.792
Receita de aplicações financeiras	2.058	1.755
Juros ativos	6	14
Outras receitas financeiras	60	23
Despesas financeiras	(108)	(182)
Juros sobre arrendamento mercantil	(4)	2
Variação monetária	(82)	(157)
Outras despesas financeiras	(22)	(27)
Resultado financeiro líquido	2.016	1.610

14. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurada com base no regime de lucro presumido e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2023</u>		<u>31/12/2022</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Receita operacional	38.732	38.732	41.455	41.455
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	3.099	4.648	3.316	4.975
Receitas financeiras	2.124	2.124	1.792	1.792
Base de cálculo	5.223	6.772	5.108	6.767
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
	(1.282)	(609)	(1.249)	(607)
IRPJ e CSLL Exercícios anteriores	(16)	(6)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(1.298)	(615)	(1.249)	(607)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.351)	(644)	(1.427)	(703)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	53	29	178	96

Em 09 de janeiro de 2018, transitou em julgado, favoravelmente à STC, a decisão judicial que garante o cálculo de IRPJ e CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a STC não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

- Caixa e bancos são classificados como pelo custo amortizado
- Equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber da concessão - Concessionárias e permissionárias é classificado como pelo custo amortizado.
- Fornecedores e arrendamento mercantil são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A STC utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A STC classifica os saldos de equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo como nível II.

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da STC podem ser assim identificados:

- *Risco de crédito* - a STC mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.600 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a STC mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária;

STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

- *Risco de preço* - as receitas da STC são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA;
- *Risco de liquidez* - a principal fonte de caixa da STC é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão (DIT) é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da STC não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

16. Benefícios a empregados

A STC oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida. Não existem benefícios pós-emprego e pagamento baseado em ações.